



HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS: PERSPECTIVA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS

Angelita Barbosa Martins ¹

Orientador: Prof. Ronny Diogenes de Menezes ²

RESUMO

O propósito dessa pesquisa foi analisar a história da educação de surdos e o seu processo de ensino-aprendizagem, em uma perspectiva inclusiva, descrever a importância da Língua Brasileira de Sinais e do profissional tradutor intérprete de Libras no desenvolvimento educacional e social dos alunos surdos. A pesquisa é de caráter qualitativa, em que, foi feita análises em referenciais bibliográficos, que discutem sobre a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito educacional, os referenciais utilizados nesse artigo, destacam que as raízes deste modelo de aprendizagem dos surdos estão nos fundamentos históricos, culturais, sociais e linguísticos de cada país. Nessa perspectiva, a pesquisa buscou destacar propostas históricas da inclusão de surdos na educação, a luta pelo reconhecimento social e valorização cultural, respeitando as especificidades de cada aluno. Percebe-se, que é de fundamental importância a efetivação de ações inclusivas a fim de promover a acessibilidade e o avanço na aprendizagem de discentes surdos em todos os níveis escolares, deste modo, é de extrema relevância a inserção da Libras nas disciplinas curriculares desde a educação básica, como também, na formação contínua de docentes, intérpretes, discentes e da comunidade externa.

Palavras-chave: Educação Especial, Intérprete, Surdo, Inclusão, Libras.

INTRODUÇÃO

A seguinte pesquisa se fundamenta em estudos sobre a educação inclusiva e aos processos educacionais de alunos com deficiências, de acordo com Costa (2016), quando referimos ao processo de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência, nota-se, que é um assunto pouco abordado e discutido, tanto no âmbito escolar, quanto social. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi analisar a história da educação de surdos e o processo de ensino-aprendizagem destes alunos em uma perspectiva inclusiva, bem como, compreender a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e do profissional tradutor intérprete de Libras no desenvolvimento educacional e social dos alunos surdos.

¹Pós-Graduanda do Curso de Especialização em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva-IFTM, Angelita Barbosa Martins, angelita.barbosa@ufg.br;

²Professor orientador: Ronny Diogenes de Menezes, Mestre em formação de professores-UEPB, ronny.diogenes@hotmail.com.



Estudos realizados por Strobel (2009) sobre a História da educação de surdos, descreve que a segregação das pessoas com deficiência é de contexto histórico e mundial. Para os filósofos da antiguidade em especial os pensadores Gregos, os deficientes deveriam ser eliminados, pois acreditavam que eles não poderiam ser educados, por esse motivo, não tinham utilidade para a sociedade. “Durante a Antiguidade e por quase toda a Idade Média pensava-se que os surdos não fossem educáveis, ou que fossem imbecis” Lacerda (1996, p.01). Na era medieval os deficientes e surdos que não se comunicavam eram impedidos judicialmente de se casarem e exercerem cidadania. Deste modo, por séculos os surdos viveram a margem da sociedade, eles não possuíam língua, identidade ou cultura própria.

Segunda Lacerda (2009), a educação de surdos iniciou-se na Europa com os monges, eles utilizavam língua de sinais como forma de comunicação entre eles, dentro e fora das igrejas, pois muitos deles faziam voto de silêncio, em consequência disso, começaram a se comunicar com os surdos por meio de gestos e mímicas. A mesma autora fala sobre a proposta educacional da época: “A proposta educativa defendia que os educadores deveriam aprender tais sinais para se comunicar com os surdos; eles aprendiam com os surdos e, através dessa forma de comunicação, ensinavam a língua falada e escrita do grupo socialmente majoritário”. Lacerda (1996, p. 03).

O monge beneditino Pedro Ponce de León (1520-1584) foi considerado o primeiro educador de surdos, mas essa educação era dirigida a elite da Espanha, Strobel (2009). O objetivo de Ponce de León era ensinar seus alunos a falar usando os sentidos (tato e a visão), leitura e escrita, também ensinava Latim e Grego. A autora acrescenta que mais tarde, Charles Michel de L'Épée (1712-1789), fundou a primeira escola pública para surdos em Paris, “Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris”, em que, ensinavam os surdos a ler e a escrever, utilizando LS- Língua de Sinais.

No Brasil, a educação de surdos inicia-se quando o professor Eduard Huet propôs a criação de uma escola especializada no ensino para surdos, a D. Pedro II. A proposta foi aceita por D. Pedro, que decretou a construção da primeira escola para surdos no país. O Imperial Instituto dos Surdos-Mudos em (1857), hoje conhecido como INES - Instituto Nacional de Educação dos Surdos, localizado no Rio de Janeiro, tornou-se referência na educação, profissionalização e socialização de surdos.

Segundo Almeida (2012), por muito tempo o Instituto funcionou como asilo, em que, só aceitavam alunos surdos do sexo masculino. Em 1881, a Língua de Sinais foi proibida no INES e em todo Brasil e logo após, adotou-se o oralismo como forma de comunicação,



conforme relata Capovilla (2000, p.102), o oralismo é o “método oralista objetivava levar o surdo a falar e a desenvolver competência linguística oral”.

Os anos de 1990, marcou de forma fundamental o processo de educação especial no Brasil, a luta em função da inclusão é contínua, busca reconhecimento social, na qual, a valorização e superação das pessoas com deficiências é possível, desde que, políticas públicas sejam implantadas em todos os níveis escolares, respeitando as especificidades de cada aluno. A capacitação de profissionais para o atendimento de pessoas com deficiências é assegurada pela A Lei da Acessibilidade 7.853/89 (BRASIL,2000), que dispõe sobre apoio a pessoas com deficiência, bem como, a sua integração social.

Percebe-se que existem diversas dificuldades no meio pedagógico da educação especial, entretanto, é de suma importância, proporcionar condições para o desenvolvimento educacional, assim como uma educação igualitária e de qualidade a todos brasileiros sem distinção, como relata Costa (2016):

Para que a educação aconteça na sua diversidade, o objetivo pedagógico da escola deve ser de tornar o espaço escolar em um local inclusivo, pois não é o aluno que precisa se adaptar a escola e sim a instituição que precisa fazer as mudanças necessárias. (COSTA, 2016, p. 15)

É fundamental que a inclusão aconteça, ainda que ocorra desafios no processo ensino aprendizagem, dentre eles, destacamos salas de aula com muitos alunos, falta de recursos tecnológicos, acessibilidade estrutural, profissional de apoio capacitado em educação inclusiva, que atenda esses alunos em suas especificidades. A escola precisa estar preparada para receber o aluno surdo, dessa forma, é relevante que a comunidade escolar procure desenvolver didáticas e propostas pedagógicas para o trato social e educacional desses alunos, para que realmente atenda a necessidade pedagógica dos mesmos, proporcionando uma educação de qualidade para todos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a forma de comunicação e expressão dos surdos, foi reconhecida com a promulgação da lei federal 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), regulamentada pelo decreto 5626/2005 (BRASIL, 2005), que dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, formação de professores, instrutores e tradutor/intérpretes de Libras, uso e difusão da Libras e da Língua Portuguesa.



Segundo Quadros (2004), as Línguas de Sinais são denominadas Línguas de modalidade visual (ou espaço-visual), pois a informação linguística é recebida com os olhos e produzida pelas mãos. O aprendizado da gramática da Libras e a Língua Portuguesa pelo surdo, é direcionada e instigada com o objetivo de compreender as diferenças linguísticas entre as duas línguas, este processo é compreendido a longo prazo, visto que, o surdo faz o uso da Libras como primeira língua e o Português como segunda língua.

Considera-se o processo ensino-aprendizagem de alunos surdos uma abordagem Bilíngue, ou seja, aprendizado de duas línguas: a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa. O autor Almeida (2012) destaca que o modelo bilíngue não é universal, as raízes deste modelo estão nos fundamentos históricos, culturais, sociais e linguísticos de cada país, esses fundamentos produzem diferentes modelos educativos com propostas e objetivos que abordam a surdez.

Nesse sentido, a inclusão de surdos na escola comum demanda implementações de ações que beneficie a aprendizagem nas duas línguas, para isso é necessário criar ambientes educacionais especializados que contemplem todos os alunos independentes de suas especificidades. Damázio (2007), exemplifica essas ações:

Assim, a escola comum precisa implementar ações que tenham sentido para os alunos em geral e que esse sentido possa ser compartilhado com os alunos com surdez. Mais do que a utilização de uma língua, os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento, explorem suas capacidades, em todos os sentidos. (DAMÁZIO, 2007, p.14)

Neste sentido, é recomendado que o trabalho pedagógico com alunos surdos nas escolas regulares seja feito em um ambiente bilíngue, preferencialmente em sala de Atendimento Educacional Especializados, acompanhados de professores, instrutores e intérpretes conhecedores das línguas de sinais a fim de melhorar o aprendizado nas duas línguas de forma eficaz e com qualidade. Menezes et.al. (2018) afirma: “As pessoas surdas têm duas limitações biológicas no aprendizado de uma língua oral, a primeira está relacionada ao domínio da habilidade “ouvir” e a segunda ao ato de “falar”.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade de ensino que disponibiliza recursos e serviços pedagógicos que promovem a acessibilidade e se adequa as necessidades especiais de cada aluno MEC/SEESP (BRASIL, 2007). O objetivo não é somente

oportunizar o acesso das pessoas com deficiências a uma educação de qualidade, mas também a participação e a sua permanência na comunidade escolar, dessa forma, o AEE passou a garantir apoio complementar para aqueles alunos com dificuldades, para que pudessem acompanhar os demais alunos na sala de aula comum.

Damázio (2007), recomenda que esse atendimento aconteça no contra turno em sala de recursos multifuncional, com profissionais da área de educação especial capacitados para realizar esse apoio no AEE. Nesse contexto, a organização didática pedagógica referente as aulas em libras nas salas de AEE, utilizando recursos visuais como, gravuras, vídeos, dicionários, fotos dentre outros, que auxiliam no desenvolvimento da comunicação, bem como, ampliar o vocabulário nas duas línguas (Português-Libras). Dessa maneira, a escola cumpre uma função social ao desenvolver projetos pedagógicos, que valoriza esse atendimento especializado e diferenciado. Menezes, et.al. (2018), descreve a importância do trabalho em salas de aulas com alunos inclusivos.

Ao se trabalhar com alunos inclusos em salas regulares, os professores não podem adotar a mesma prática de ensino para todos. Segundo as informações do projeto Escola Viva (MEC,2000), compete ao professor “o planejamento das estratégias de ensino que pretende adotar em função dos objetivos pedagógicos e consequentes conteúdos a serem abordados. (MENEZES et.al. 2018, p. 03).

Dessa forma, percebe-se a importância do planejamento estratégicos com o uso de recursos pedagógicos, pensado de forma a incluir todos os alunos. Em relação ao ensino aprendizagem do aluno surdo em sala de aula regular, um dentre os vários recursos utilizado para auxiliar a inserção do surdo na classe comum é a presença do tradutor Intérprete de Libras, esse profissional apoia o professor regente durante as aulas. Para Menezes et.al (2018), os surdos utilizam de vários recursos e adaptações e um deles é a presença do intérprete como apoio educacional, mas lembra que o papel de ensinar cabe ao professor e a função do intérprete e só interpretar os conteúdos ministrados nas aulas.

O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS

No Brasil, a presença do Intérprete de LIBRAS foi datada por volta de 1980 em trabalhos religiosos, no qual, o profissional que atua como intérprete de Língua Brasileira de Sinais, teve a profissão regulamentada pela Lei 12.319/2010 (BRASIL, 2010). De acordo com a lei citada, o intérprete deve seguir alguns preceitos éticos tais como: ser imparcial, ter confiabilidade, sigilo profissional, discrição, e fidelidade na interpretação do que realmente foi



dito, além de manter distância profissional.

No âmbito educacional, os surdos são acompanhados por Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais -TILS que realizam a tradução e interpretação das aulas ministradas, em atendimentos com professores e alunos, palestras, atividades artísticas, viagens, dentre outras. Neste sentido, Menezes et.al. (2018) descreve a importância do intérprete, para o surdo:

[...] o intérprete é o elo de interação entre o professor e o aluno surdo. Isso dá a ele um papel fundamental no complexo processo de ensino-aprendizagem. Assim, entendemos que sua participação e interação com o docente de línguas é imprescindível para o surdo. (MENEZES et.al. 2018, p. 03)

Nesse contexto, além da interpretação das aulas, o intérprete realiza a mediação da comunicação entre docentes e discentes, em atendimentos dentro e fora das salas de aula. Porém, a relação entre professor e aluno surdo, em alguns momentos é dificultada pelo fato que nem todos os professores conhecem a língua de sinais, bem como, a especificidades da escrita do surdo. Conforme Menezes et.al. (2018), muitos professores não entendem de fato qual é o papel do intérprete no processo educativo dos surdos.

[...] situações que não competem ao profissional intérprete de Libras, tais como: Tutorar os alunos (em qualquer circunstância); apresentar informações a respeito do desenvolvimento dos alunos; acompanhar os alunos; disciplinar; realizar atividades gerais extraclasse. Essas proposições nos comprovam que o complexo processo de ensino-aprendizagem é de responsabilidade do professor e não do TILSP. (MENEZES et.al.2018, p.02)

O trabalho do intérprete em parceria com o professor regente é muito importante, pois o trabalho pedagógico bem desenvolvido e trabalhado, contribuem com o aprendizado dos surdos e dos próprios profissionais, essa união é imprescindível para obter os resultados almejados.

Deste modo, o desenvolvimento de competências linguísticas e aquisição de conceitos globais dos surdos são compreendidos por meio de experiências visuais com uma proposta Bilíngue, o ingresso de surdos no ensino superior já é um indicativo de resultados positivos desta proposta.

METODOLOGIA

Este artigo se embasa nas proposições de pesquisas referentes a educação especial e a inclusão nos processos de ensino-aprendizagem dos discentes surdos. A metodologia utilizada



é a pesquisa bibliografia, em que, de acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada de acordo com materiais já publicados em artigos científicos, teses, legislações, decretos e capítulos de livros. No qual, o objetivo é que o pesquisador tenha acesso aos materiais já escritos sobre o assunto da pesquisa, proporcionando uma nova perspectiva com base nas experiências e no conhecimento científico do intérprete de libras, bem como, de outros teóricos que abordam a importância da educação especial no contexto social, cultural do Brasil.

A pesquisa é de caráter qualitativa, em que, foi feita análises em referenciais bibliográficos, que discutem sobre a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito educacional. Posteriormente a pesquisa se estendeu à leitura de artigos científicos, teses, legislações, capítulos de livros, decretos e documentos, com aporte teórico de autores como, Quadros (2004), Capovilla (2000), Costa (2016), Strobel (2009), Menezes (2018), dentre outros.

Os referenciais utilizados nesse artigo, destacam que as raízes deste modelo de aprendizagem dos surdos estão nos fundamentos históricos, culturais, sociais e linguísticos de cada país, nesta perspectiva, a pesquisa buscou destacar propostas históricas da inclusão de surdos na educação, a luta pelo reconhecimento social e valorização cultural, respeitando as especificidades de cada aluno.

A superação das pessoas com deficiências é possível, desde que, políticas públicas sejam implantadas em todos os níveis escolares, oportunizando assim, a ampliação de conhecimentos sobre o processo de ensino inclusivo e a valorização do trabalho dos profissionais tradutores intérpretes de Libras que atuam nessa temática.

As teorias e práticas revelam o avanço das metodologias alternativas utilizadas com alunos surdos, proporcionam uma nova visão com base nas experiências e no conhecimento científico do intérprete de libras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos resultados, percebe-se que é recente o processo de educação escolar dos surdos, bem como, sua inclusão nas escolas em todos os níveis de ensino, deste modo, é de fundamental importância a efetivação de ações inclusivas a fim de promover a acessibilidade e avanço no processo ensino aprendizagem. Dessa forma, a oferta da Disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais) pode contribuir de forma significativa no processo de inclusão e comunicação entre a comunidade surda e a ouvinte, em que, proporcionará a efetivação e



permanência da Libras dentro das instituições.

A oferta de uma educação especial inclusiva de qualidade, mediada com auxílio do profissional tradutor intérprete de libras em parceria com o professor regente e profissionais capacitados em Línguas de sinais, pode possibilitar melhora na aprendizagem, autonomia, e senso crítico da comunidade surda, bem como, o desenvolvimento da comunicação e interação social na comunidade escolar em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História da educação de surdos revela desenvolvimento no progresso e nas conquistas no processo educacional, isso é alcançado por meio de lutas de pessoas que apoiam a inclusão e a comunidade surda, desde a Antiguidade até os dias atuais. Muitos caminhos ainda precisam ser percorridos para garantir ao surdo o acesso o que lhe é de direito com respeito as suas especificidades.

As Instituições educacionais necessitam ampliar a oferta dos atendimentos especiais com salas multifuncionais (AEE), aquisição de materiais pedagógicos especiais, bem como, a oferta de cursos de capacitação para profissionais que atuam nesta área, dessa forma, esses profissionais passam a contribuir com o processo de inclusão escolar e social do público inclusivo em geral.

Nota-se que, a educação das pessoas surdas em todos os níveis de ensino precisa de investimento na organização da escola, nas grades curriculares, na adequação do currículo, na adaptação dos materiais e principalmente na formação dos professores que atuam com essa população na rede básica e no ensino superior.

Neste sentido, é de extrema relevância a inserção do Libras nas disciplinas curriculares desde a educação básica, como também, na formação contínua de docentes, intérpretes, discentes e da comunidade externa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magno Pinheiro; ALMEIDA, Miguel Eugênio. História de Libras: característica e sua estrutura. Revista Philologus, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 18, n. 54. 2012.

BRASIL. Decreto n. 5.626/05. Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: www.libras.org.br/leilibras.htm. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Lei 12.319 de 01 set de 2010. Regulamenta a Profissão de Tradutor e Intérprete de Libras. Brasília. Disponível em: www.libras.org.br/leilibras.htm. Acesso em: 13 março. 2017.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: www.libras.org.br/leilibras.htm. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº. 10,098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Brasília: MEC/SEE, 1961. Acesso em: 10 dez. 2019

CAPOVILLA, Fernando César: Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. Revista Brasileira de Educação Especial, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, v.6, n. 1. 2000.

COSTA, Vanderlei Balbino da. **Inclusão Escolar do Deficiente Visual no Ensino Regular**. Jundiaí, Paco Editorial: 2012.

DA SILVA, Ana Caroline Pereira; DE SOUZA, Fábio Marques; DE MENEZES, Ronny Diogenes. O ensino de língua espanhola para surdos: a integração entre professor e intérprete e as adaptações metodológicas. Revista ESPACIOS, vol. 39, nº 43, 2018.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Atendimento educacional especializado. **Paraná: Cromos, 2007.**

GIL, Antônio Calos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º. ed. - São Paulo. Atlas, 2002.

Instituto Nacional de Educação de Surdos. Conheça o INES. Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>>. Acesso em: 23/04/2020.

LACERDA. Cristina Broglia Feitosa. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no fundamental. Porto Alegre; Mediação/FAPESP, 2009. p.29.

LACERDA. Cristina B Feitosa. Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte examinando a construção de conhecimento. Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação. Tese. (Doutorado em Educação), 1996.

MEC/SEESP Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

QUADROS, Ronice Müller; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

STROBEL, Karin. História da educação de surdos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.